

Conselho de Administração Fernando Xavier Ferreira Presidente	Conselho Fiscal Cláudio Luiz Pacheco Presidente
Carlise Kwiatkowski Raquel Pizzatto Marcello Jonel Chede	Celso José de Faria Viana Adriano Morandi Zanotti
Anderson Gil Ramos Bastos Walter Fernando Piazza Junior Marco Francesco Patriarchi Eduardo Panek	Diretoria Executiva Rafael Lamastra Junior - Diretor Presidente Eduardo Buschle – Diretor de Administração e Finanças Eduardo Buschle – Diretor Técnico Comercial em exercício
Contador Marcelo Pereira da Silva CRC-PR 034803/O-0	

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2018

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.^{as} o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018.

Conjuntura Econômica

A indústria do gás natural no Brasil passa por um momento decisivo. Nos últimos anos, diversos agentes vêm atuando na busca por alternativas para aprimoramento da cadeia de consumo do combustível e aumento de sua participação na matriz energética nacional. Em 2018, com a gradual retomada da economia, depois de anos de recessão, o consumo industrial voltou a crescer no país e impulsionou a comercialização do gás natural. O ano ainda foi marcado por processos que buscam estimular a entrada de novos fornecedores no mercado de gás brasileiro.

Na busca por medidas que aumentem a concorrência e a competitividade do gás natural, e do reforço da segurança energética do país, 12 distribuidoras estaduais de gás canalizado lançaram uma chamada pública para recebimento de propostas de suprimento de gás. O processo foi iniciado de forma simultânea nas regiões Centro-Sul e Nordeste do país. A Compagas participa do processo coordenado em conjunto com a Sulgás (RS), SCCGás (SC), GasBrasiliense que atende o noroeste de São Paulo, e a MSGás (MS). De acordo com dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), o consumo de gás natural do mercado não-térmico cresceu 3% em 2018. No acumulado anual, o consumo no país foi de mais de 40,8 milhões de m³. O número de consumidores em todo o país cresceu 7% e superou a marca de 3,48 milhões. A extensão da rede de distribuição também foi ampliada e ultrapassou a marca dos 34,6 mil quilômetros em todos os estados que distribuem o gás canalizado.

Desempenho da Compagas

O volume de gás natural comercializado pela Compagas em 2018 ultrapassou a marca de 434,4 milhões de m³, com média anual de 1.190.302 m³/dia. A comercialização foi 3% maior que a registrada no ano de 2017. Os segmentos residencial e de cogeração foram destaques com altas de 16%.

COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2017/2018

Comercialização (m ³ /dia)	2017 (m ³ /d)	2018 (m ³ /d)	2018/2017
Residencial	25.670	29.790	16%
Comercial	15.716	17.576	12%
Industrial	371.434	379.983	2%
Veicular	72.991	82.510	13%
Cogeração	154.408	178.484	16%
Matéria-Prima	183.389	189.596	3%
G.E.E.	418	730	75%
GNC (Industrial e Veicular)	23.986	18.715	-22%
GNL (Industrial)	26.471	28.471	8%
Grandes Consumidores	282.176	264.447	-6%
Total mercado não térmico	1.156.657	1.190.302	3%
Térmica	0	0	0
Total comercializado	1.156.657	1.190.302	3%

O número de clientes atendidos pela Compagas cresceu 10% em 2018 com a entrada de mais de 4 mil novos clientes. Em 31 de dezembro de 2018 eram 43.928 consumidores atendidos nos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO – 2017/2018

	2017	2018	2018/2017
Residencial	39.097	43.158	10%
Comercial	461	548	19%
Industrial	166	170	2%
Veicular	32	32	0%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E.	4	4	0%
GNC (Industrial e Veicular)	5	4	-20%
GNL (Industrial)	5	5	0%
Grandes Consumidores	1	1	0%
Total mercado não térmico	39.776	43.927	10%
Térmica	1	1	0%
Total	39.777	43.928	10%

No ano de 2018 a Compagas investiu R\$ 14,1 milhões nos projetos de saturação dos mercados urbano e industrial e em ações que visam a integridade da rede de distribuição e o fornecimento contínuo de gás natural aos clientes.

Para o atendimento ao mercado urbano foram investidos R\$ 7,7 milhões na construção de rede e na ligação de mais de 4 mil empreendimentos residenciais e comerciais. No setor industrial, cerca de R\$ 4 milhões foram direcionados para a execução de ramais e projetos para ligação de 19 clientes.

Mais de R\$ 1,8 milhões foram destinados às obras de integridade de rede com o objetivo de garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia.

Indicadores Operacionais

A Companhia encerrou o ano de 2018 com uma rede de distribuição de gás de 824 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Londrina, Colombo, Quatro Barras, Pinhais, Campina Grande do Sul, Carambel e Castro. Esta rede, composta de 472,4 km de aço carbono e de 351,3 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída de acordo com as normas técnicas vigentes e oferece segurança além de um elevado grau de confiabilidade no abastecimento. Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural está presente em Paranaguá e São Mateus do Sul¹ por meio do Gás Natural Comprimido (GNC).

Visando a segurança e o fornecimento contínuo de gás natural, a Compagas realizou diversas ações de manutenção da rede de distribuição do combustível, incluindo manutenção preventiva, inspeções de rede, atuação em interferências de terceiros, sinalização da rede, sistemas de medição e proteção catódica, as quais contribuíram para a redução dos períodos de descontinuidade no fornecimento de gás natural e no tempo de atendimento de cada interrupção.

Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

Para a execução e operação da sua rede de distribuição de gás natural, em 2018, a Compagas obteve do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) a renovação da Licença de Instalação do ramal Londrina-Maringá e a autorização ambiental para o ramal Omya, em Ponta Grossa. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba concedeu a Licença Prévia para o Projeto Curitiba III – que prevê o abastecimento com a rede de distribuição a mais bairros da capital paranaense – e a Licença de Instalação para a relocação da rede na Avenida Victor Ferreira do Amaral, no bairro Tarumã.

No que se refere ao Projeto Curitiba III, a Companhia trabalhou com complementações ao Estudo de Impacto Ambiental e ao Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA), todas solicitadas pela SMMA.

¹ O atendimento a São Mateus do Sul foi encerrado no mês de Setembro de 2018.

Administração

Gestão do Capital Humano

Parte fundamental para o desenvolvimento da Companhia, o quadro de profissionais da Compagas encerrou 2018 com 181 colaboradores, incluídos os empregados concursados, comissionados, aprendizes, estagiários, cedidos e diretores. Todos os empregados concursados da Companhia estão cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho e possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

No que se refere a Gestão de Pessoas, em 2018, a Compagas implantou o primeiro Programa de Desligamento Voluntário com Transferência de Conhecimento. O objetivo do Programa é estabelecer regras e critérios que possibilitem ao colaborador solicitar seu desligamento voluntário do quadro funcional da empresa, devendo para isto garantir a qualidade e a continuidade dos serviços prestados, através do repasse do conhecimento, da técnica, da metodologia e da experiência adquirida ao logo da carreira ao substituto, se houver. O Programa também permite a implementação de ações que direcionam a Companhia para um ambiente de maior competitividade e da renovação do capital humano.

Gestão de Compras e Fornecedores

Os fornecedores representam um público estratégico para a Compagas, considerado com atenção no modelo de gestão para o desenvolvimento das melhores práticas e para o alcance da eficiência operacional. Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita a legislações que normalizam as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e cláusulas contratuais, e em cumprimento às legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

A partir do mês de junho de 2018, a Companhia passou a efetuar suas contratações de acordo com a Lei das Estatais, nº 13.303/2016. Para cumprir as exigências desta lei, definindo e disciplinando as licitações e contratações, a Compagas elaborou e lançou o Regulamento Interno de Licitações e Contratos. Este documento rege as contratações com terceiros destinadas à prestação de serviços, obras de engenharia, publicidade, aquisição, locação e alienação de bens e ativos integrantes do seu patrimônio.

Destaca-se que os processos iniciados antes do mês de junho e contratos já vigentes à época permaneceram alinhados à Lei Estadual nº 15.608/2007 e à Lei Federal nº 10.520/2002.

Relacionamento com Clientes e Consumidores

A plataforma Compagas Virtual se tornou um dos principais canais de interação da Companhia com seus clientes. Todos os segmentos atendidos - residencial, comercial, industrial e veicular – possuem acesso à plataforma online para emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para débito automático e extrato de quitação de débitos. Entre janeiro e dezembro de 2018, foram registrados mais de 156,7 mil acessos à plataforma.

Além do Compagas Virtual, a Companhia manteve os atendimentos de forma presencial e por contato telefônico no 3004-3400 e 0800 643 8383. No que se refere ao atendimento via telefone, o índice de satisfação foi de 97%, conforme pesquisa realizada junto aos clientes.

Órgão Regulador

A partir de dezembro de 2017, os serviços de distribuição de gás canalizado explorados pela Compagas passaram a ser regulados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná (AGEPAR).

Perspectivas para 2019

O Plano de Negócios para o período 2019-2023 dará continuidade às ações iniciadas em 2018. Com foco em ampliar o mercado atendido, através da saturação dos segmentos residencial, comercial e industrial, a meta da Compagas é entregar o gás natural canalizado a cada vez mais clientes, com qualidade e sempre avançando com a infraestrutura da rede de distribuição de gás natural.

Em 2019 as ações da Compagas serão direcionadas para ampliar a sua participação nos mercados atendidos. Mais de R\$ 20 milhões serão investidos para a saturação dos mercados residencial, comercial e industrial e em obras que garantam a integridade da rede de gás natural. Atualmente com uma rede de distribuição de 824 km de extensão, a Companhia tem como meta aumentar sua participação nos municípios que já contam com o gás natural.

O plano da Companhia para o ano é ampliar o volume distribuído nos segmentos atendidos em cerca de 10% e alcançar a extensão total de 834 km de rede de distribuição, além de fomentar o mercado urbano a fim de aumentar a base de clientes, chegando ao final de 2019 com um crescimento também de 10%, atingindo um total de 48,4 mil consumidores com o gás natural.

Todas as ações da Compagas serão executadas de acordo com as diretrizes estratégicas, visando a redução de custos, maior produtividade e eficiência, com vistas a garantir a perenidade do negócio. Os esforços serão dedicados à contribuição para o desenvolvimento do Paraná por meio da oferta de gás natural e de seu uso como matriz energética.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia é decorrente da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme descrito e demonstrado nas notas explicativas 1, 3.5 e 18. Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações e à grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria baseou-se em testes substantivos, incluindo: (i) teste de recebimentos subsequentes de faturas, em uma base de amostragem; (ii) teste sobre as receitas não faturadas analisando o processo de mensuração da Administração; (iii) testes documentais em transações para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e (iv) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em seu conjunto.

Ativos de concessão - ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

De acordo com o contrato de concessão de serviços públicos, a Companhia incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás que são registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e consequente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em função dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria. Em decorrência dos efeitos no ativo intangível da modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros: Inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciam os gastos com ampliação da rede, com a atenção para a correta classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa.

Para as obras em curso durante o exercício de 2018, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados à obra até 31 de dezembro de 2018.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

ÊNFASE

Continuidade das operações

Administração da Companhia, assim como os seus assessores jurídicos, encontram-se em processo de análise, discussão, monitoramento e entendimento, dos aspectos legais e negociais inerentes ao prazo do contrato de concessão estabelecidos no Decreto Lei nº 4.695/1989 e na Lei Complementar Estadual nº 205/2017, considerando também as medidas necessárias junto ao poder concedente para assegurar o pleno entendimento sobre os termos do contrato e assegurar, consequentemente, a continuidade legal das suas operações. A administração da Companhia encontra-se em processo de discussão junto aos órgãos reguladores do Estado do Paraná e entende que cumpre e cumprirá as exigências aplicáveis como concessionária conforme descrito na referida Lei Estadual. As demonstrações foram elaboradas considerando a continuidade das operações até 2024, conforme descrito na Nota 1 às demonstrações contábeis. Os efeitos de eventuais medidas ou decisões adversas, decorrentes dessas incertezas de definição de prazo legal final da concessão, poderão ocasionar efeitos ainda não estimados e conclusivos pela administração nesse momento nas operações da Companhia. As demonstrações da Companhia foram preparadas levando em consideração que a mesma continuará em operação, e a administração da Companhia não possui nenhuma expectativa de mudança de plano de realização dos seus ativos até o exercício de 2024, bem como está avaliando continuamente os eventuais impactos em suas demonstrações. Nossa conclusão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa Opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a COMPANHIA PARANAENSE DE GÁS - COMPAGAS a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de fevereiro de 2019.

MACIEL AUDITORES S/S

CRC 2RS 5.460/O-0 "T" - SP

DENNIS PAVIA VILLALVA

CRC 1RS – 246.768/O-6

Responsável Técnico

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017				Demonstração de resultados			
(Em milhares de reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	90.155	84.079	Fornecedores	11	6.034	3.430
Contas a receber de clientes	6	90.762	43.212	Contas a pagar partes relacionadas	11 e 15	91.147	53.628
Contas a receber de partes relacionadas	6 e 15	6.751	950	Debêntures	17	5.919	25.138
Estoques		1.977	2.487	Impostos a pagar	12	12.323	7.779
Impostos a recuperar	8	13.692	19.440	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar		6.972	7.605
Créditos nas operações de venda de gás	7	776	1.158	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	19.600	15.573
Despesas antecipadas		185	141	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás		-	357
Outros ativos		424	500	Outros passivos		4.271	1.534
		204.722	151.967			146.266	115.044
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5	7.539	7.172	Debêntures	17	11.733	17.537
Créditos nas operações de venda de gás	7	93.955	71.320	Benefícios a empregados	16	6.159	5.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	-	1.975	Contas a pagar partes relacionadas	11 e 15	28.445	50.891
Despesas antecipadas		110	110	Provisão para contingências	13	257	152
Depósitos judiciais		89	143	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	5.671	508
Ativo de contrato	10.3	25.719					

Demonstração de resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017		
(Em milhares de reais)		
	2018	2017
Lucro líquido do exercício	82.527	65.570
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	284	(381)
Tributos sobre ganho atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(96)	130
Resultado abrangente do exercício	82.715	65.319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017								
(Em milhares de reais)								
Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2016		220.966	22.639	56.429	-	(406)	299.628	
	Resultado atuarial líquido	-	-	-	-	(251)	(251)	
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.570	-	65.570	
Destinações:								
	Constituição de reserva legal	-	3.279	-	(3.279)	-	-	
	Dividendos obrigatórios	-	-	-	(15.573)	-	(15.573)	
	Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	46.718	(46.718)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		220.966	25.918	103.147	-	(657)	349.374	
	Resultado atuarial líquido	-	-	-	-	188	188	
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	82.527	-	82.527	
Destinações:								
	Constituição de reserva legal	-	4.126	-	(4.126)	-	-	
	Dividendos obrigatórios	-	-	-	(22.947)	-	(22.947)	
	Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	55.454	(55.454)	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018		220.966	30.044	158.601	-	(469)	409.142	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017			
(Em milhares de reais)			
	Nota	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização		29.012	28.753
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9.1	16.728	47.843
Provisão para perdas de créditos	6	6.017	1.433
Ganho para ajuste de preço nas operações de compra de gás		(44.981)	(89.339)
Provisão para contingências	13 e 16	606	(854)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		2.627	5.339
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(9.184)	196
Resultado na baixa do intangível		1.010	(46)
		84.362	58.895
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) de aplicação financeira		(367)	(536)
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras		(59.368)	32.697
Redução de estoques		510	374
Redução (aumento) de tributos a recuperar		5.748	(310)
Redução de créditos nas operações de gás		22.728	44.917
Redução de depósitos judiciais		54	1.987
(Aumento) redução de despesas antecipadas		(44)	320
Redução (aumento) de outros ativos		75	(30)
Aumento de fornecedores de gás e contas a pagar		18.626	47.193
Aumento (redução) de impostos a pagar		5.658	(499)
(Redução) aumento de obrigações trabalhistas e encargos sociais		(633)	2.285
(Redução) aumento Adiantamento de Clientes		(357)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(10.702)	(24.738)
Aumento (redução) de outras contas a pagar		(1.374)	(74.664)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		64.916	87.891
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível	10.3	(15.643)	(13.746)
Alienação do intangível	10.3	26	251
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(15.617)	(13.495)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(15.573)	(1.176)
Recursos provenientes da emissão de debêntures		-	2.522
Pagamento de encargos		(2.589)	(5.004)
Pagamento de debêntures		(25.061)	(21.968)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(43.223)	(25.626)
(Redução) aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa			
		6.076	48.770
No início do exercício		84.079	35.309
No fim do exercício		90.155	84.079
		6.076	48.770

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017				
(Em milhares de reais)				
	Nota	2018	2017	
Receitas				
Venda de produtos e serviços	18	762.515	628.110	
(-) ICMS - substituição tributária		(6.999)	(5.716)	
Outras receitas		35.569	35.431	
Insumos adquiridos de terceiros		791.085	657.825	
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(504.984)	(436.635)	
Perda / recuperação de valores ativos		-	123.586	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.512)	(29.421)	
Outros		(30.609)	(23.896)	
Valor adicionado bruto		232.980	291.459	
Depreciação e amortização	10	(29.012)	(28.753)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		203.968	262.706	
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	21	19.135	18.371	
Valor adicionado total a distribuir		223.103	281.077	
Pessoal				
Remuneração direta		23.598	24.403	
Benefícios		6.496	5.894	
FGTS		1.531	1.713	
		31.625	32.010	
Impostos, taxas e contribuições				
Federais		8.105	58.651	
Estaduais		78.258	72.341	
Municipais		124	306	
		86.487	131.298	
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros, multas e variações monetárias		17.538	46.976	
Aluguéis		4.926	5.223	
		22.464	52.199	
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	14	635	15.573	
Juros sobre o capital próprio	14	22.312	-	
Lucros retidos		59.580	49.997	
		82.527	65.570	
Valor adicionado distribuído		223.103	281.077	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal. A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994, podendo ser prorrogado mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos. Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época. Estas demonstrações financeiras refletem o entendimento da Companhia e dos seus acionistas de que o término da concessão se dá em julho de 2024, nos termos da cláusula 1.1 do Contrato de Concessão, em que pese o conteúdo no artigo 15 da Lei Complementar Estadual n. 205/2017, que trouxe nova interpretação quanto ao término do prazo da concessão.

Isso porque, em que pese a referida lei continuar vigente, a Administração da Companhia, baseada em pareceres dos seus assessores jurídicos, bem como em deliberação de Assembleia de acionistas, questiona judicialmente os efeitos da referida lei, tendo obtido decisão liminar favorável ao entendimento da Companhia sobre os termos do contrato de concessão e à continuidade das suas operações até julho de 2024.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui atualmente uma rede de distribuição de 824 km e conta com 181 colaboradores.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A diretoria da Companhia autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras em 26 de fevereiro de 2019.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Impairment do intangível a receber: A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todas as quantias devidas de acordo com os termos do crédito original. A Companhia faz uma análise individual dos devedores significativos e os outros numa base conjunta, e se houver qualquer evidência de que a Companhia não receberá o valor em aberto, a perda estimada é registrada.

(b) Provisões: As provisões são reconhecidas no período em que se torna provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos financeiros que são negociados em mercados ativos. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda, para os quais não há negociações em mercados ativos.

(d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Qualquer mudança nessas premissas afetará o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia em conjunto com seus atores externos, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto

apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 16.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, as bases e os métodos de cálculo adotados na elaboração das demonstrações financeiras, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos novos pronunciamentos contábeis e estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todas as informações apresentadas, salvo disposição em contrário.

3.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

3.2 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros ("Impairment")

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros, mas esta efetuando o seu cálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados as operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.3 Empréstimos e financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.4 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.5 CPC 47 (IFRS 15) - Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 (IFRS 15) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilidade de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - "Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Os Administradores da Compagas avaliaram as principais fontes de receita da entidade e entenderam que as mesmas deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado. Portanto, a companhia manterá o mesmo tratamento contábil para todas as obrigações de desempenho existentes.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do CPC 47 (IFRS 15) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações das companhias.

3.6 Ativo de contrato

Ativo de contrato é representado pela construção em curso, condicionado ao recebimento da receita não somente pela passagem do tempo, mas após cumprir a obrigação de desempenho de manter e operar a infraestrutura.

Com revisão da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 a Companhia passou a classificar como ativo de contrato as obras de distribuição de gás canalizado durante o período de construção. Até 31.12.2017, as obras em curso de distribuição de gás canalizado eram classificadas como ativo intangível sob o escopo do ICPC 01 / IFRIC 12.

As obras em curso serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e passam a ser amortizadas a partir de então, pois sua recuperação está condicionada à utilização do serviço público. A parcela que não será amortizada dentro do prazo da concessão é apresentada no ativo financeiro. Reclassificação de acordo com o ICPC01 (R1)

	Ativo financeiro	Ativo de contrato
Em 01/01/2018	107.791	-
Transferência do Ativo Intangível	-	19.472
Aquisições	-	15.186
Baixas	-	(929)
Transferências para ativo intangível	6.026	(6.026)
Transferências para ativo financeiro da concessão	-	(1.984)
Reconhecimento do valor justo	9.184	-
Em 31/12/2018	123.001	25.719

3.7 CPC 48 (IFRS 9) - Classificação e mensuração de ativos financeiros

Refere-se à forma como os ativos e passivos financeiros serão contabilizados nestas demonstrações financeiras e, em particular, como eles são mensurados numa base contínua. O CPC 48 introduziu uma abordagem para a classificação de ativos financeiros guiada por características de fluxo de caixa e o modelo de negócio onde o ativo se encontra.

Em substituição às classificações das categorias de ativos financeiros anteriores, a nova norma está relacionada com a forma de mensuração desses ativos: ativos financeiros mensurados ao valor justo e ativos financeiros ao custo amortizado.

A nova classificação não impactou no resultado e os efeitos da adoção deste pronunciamento e respectiva reclassificação estão descritos a seguir:

R\$ mil	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa - Aplic Financeiras	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	84.079
Clientes	Empréstimos e Recebíveis	Custo amortizado	44.162
Aplicações financeiras	Manlidos até o vencimento	Custo amortizado	7.172
Ativos financeiros da concessão	Manlidos até o vencimento	Valor Justo ao Resultado	107.791
Créditos nas operações de venda de gás	Manlidos até o vencimento	Valor Justo ao Resultado	71.320
Total de ativos financeiros			314.524
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Fornecedores - aquisição de gás	Custo amortizado	Custo amortizado	(104.519)
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	(42.675)
Outros fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado	(3.430)
Total de passivos financeiros			(150.624)

Foi adotada a abordagem simplificada para reconhecimento de perda de crédito esperada para o futuro e a Companhia reconheceu uma provisão para perda para suas contas a receber. Foi estabelecida uma matriz de provisionamento baseada na experiência histórica no recebimento de créditos para cada segmento de negócio.

3.8 CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamento

A norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre o arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente características que estão no alcance da isenção da norma.

A Companhia identificou os seus contratos que podem estar enquadrados na referida norma e avaliou se os contratos transmitem o direito de controle de uso do ativo identificado ao longo do período de uso e se detém conjuntamente os seguintes direitos: i) direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos advindos do uso do ativo, ii) direito de direcionar o uso

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2018	2017
A vencer	94.040	37.775
Vencidos até 60 dias	4.383	1.863
Vencidos de 61 até 180 dias	1.376	1.412
Vencidos acima de 181 dias	9.826	9.366
Total das contas a receber	109.625	50.416

7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	2018	2017
Créditos de "ToP - Take or Pay" - Gás (*)	5.969	14.007
Créditos QPNR (Quant. Paga não retirada) (**)	87.497	57.313
Créditos nas operações de venda de gás	1.265	1.158
Total	94.731	72.478

Ativo circulante 776 1.158
Ativo não circulante 93.955 71.320

(*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o ano de 2022. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação.

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2018 será efetuada integralmente. Todavia, a sua utilização está restrita ao uso somente da Companhia. Assim, a sua utilização será efetuada ao longo desse período considerando eventuais ajustes a valores justos.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2020	17.439
2021	36.426
2022	40.090
Total	93.955

7.1 Compromissos com contratos de fornecimento

Considerando os atuais contratos de fornecimento de gás, a Companhia possui um compromisso financeiro total em um valor presente estimado de R\$ 1.313.237 cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte.

Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da commodity e transporte líquido de impostos calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2018.

8. Impostos a recuperar

	2018	2017
IRPJ e CSLL a compensar	12.328	18.300
IRRF a compensar	1.214	1.140
Outros impostos	150	-
Total dos impostos a recuperar	13.692	19.440

O saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras e o IRPJ e CSLL a compensar, do recolhimento por estimativa.

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1 Resultado do exercício (despesa)/receita

	2018	2017
Imposto corrente	-	-
Imposto de renda	(6.997)	-
Contribuição social	(2.689)	-
	(9.686)	-
Imposto diferido	-	-
Imposto de renda	(5.178)	(35.179)
Contribuição social	(1.864)	(12.664)
	(7.042)	(47.843)
Total Despesa com imposto de renda e contribuição social	(16.728)	(47.843)

9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda – (IRPJ) e contribuição social – (CSLL):

Descrição:	2018		2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	99.255	99.255	113.413	113.413
Adições e exclusões permanentes				
Contribuições, doações e patrocínio	773	773	434	434
Juros sobre o capital próprio	(22.312)	(22.312)	-	-
Adições e exclusões temporárias				
Operações de venda de gás / (impairment)	(52.980)	(52.980)	(123.586)	(123.586)
Outros	5.141	5.141	(17.012)	(15.623)
Total	29.877	29.877	(26.751)	(26.751)
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(7.469)	(2.689)	-	-
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA e etc)	543	-	24	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	(6.997)	(2.689)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(5.178)	(1.864)	(35.179)	(12.664)
Total	(12.175)	(4.553)	(35.179)	(12.664)

9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos tem a seguinte composição:

	2018	2017
Ativo:		
Provisão atuarial	6.159	5.659
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	257	152
Provisão para perdas de crédito estimadas	3.104	-
Prejuízo Fiscal	13.946	-
Outras provisões	1.139	-
Base do crédito fiscal diferido ativo	24.605	5.811
Imposto de renda diferido ativo	6.152	1.452
Contribuição social diferida ativa	2.214	523
Subtotal	8.366	1.975
Passivo:		
Atualização monetária ativo financeiro	(10.678)	(1.495)
Ajuste a valor justo de ativos	(30.608)	-
Base do passivo fiscal diferido	(41.286)	(1.495)
Imposto de renda diferido passivo	(10.321)	(374)
Contribuição social diferida passiva	(3.716)	(134)
Subtotal	(14.037)	(508)
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias - líquido	(5.671)	1.467

A partir de 2018 o imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados pelo seu valor líquido no passivo e serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	2018	2017
2019	5.129	-
2020	(2.055)	-
2021	(2.055)	-
2022 a 2024	(6.890)	1.467
	(5.871)	1.467

Os créditos e débitos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 7.042 (R\$ 47.843 em 31 de dezembro de 2017).

10. Ativos de concessão - ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

10.1 Ativos de concessão

Como base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

(a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

(c) Valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação classificadas como ativos de contrato de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) (nota 3.6).

Ativo de concessão	Líquido			
	Custo	Amortização	2018	2017
Ativo financeiro indenizável da concessão (a)	123.001	-	123.001	107.791
Ativo intangível (b)	376.904	(224.366)	152.538	179.216
Ativo de contrato (c)	25.719	-	25.719	19.472
Total do ativo de concessão	525.624	(224.366)	301.258	306.479

10.2 Ativo financeiro da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro. O valor a receber é atualizado mensalmente até o efetivo recebimento.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	Movimentações - 2018				
	Saldo em 2017	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2018
	107.791	9.184	6.026	-	123.001
Total do ativo financeiro	107.791	9.184	6.026 (*)	-	123.001

(*) Transferência do ativo intangível

Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	Movimentações - 2017				
	Saldo em 2016	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2017
	83.378	-	24.609	(196)	107.791
Total do ativo financeiro	83.378	-	24.609 (*)	(196)	107.791

(*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R\$ 83.297 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2018.

Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

10.3 Ativo intangível e de contrato - composição

Vida útil média em anos	Saldo em 2018	Movimentações - 2018				Saldo em 2017
		Adições	Transferências	Baixas		
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	310.038	-	1.507	-	308.531
Equip. operação gasoduto	10	53.700	48	887	(14)	52.979
Benefetórias em bens de terceiros	10	3	15	(16)	(1.417)	1.421
Móveis e utensílios	10	1.676	16	(51)	-	1.711
Equip. de informática	10	3.127	117	(47)	-	3.057
Veículos	10	2.352	-	-	(9)	2.361
Software e outros		6.008	235	(96)	-	5.869
Amortização acumulada		(224.366)	(29.012)	-	1.359	(196.713)
Total do ativo intangível		152.538	(28.581)	1.984	(81)	179.216
Ativo de contrato (**)		25.719	15.186	(8.010)	(929)	19.472
Total do ativo intangível e de contrato		178.257	(13.395)	(6.026)*	(1.010)	198.688

(*) Transferência para ativo financeiro

(**) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICPC01 (R1)

Vida útil média em anos	Saldo em 2017	Movimentações - 2017				Saldo em 2016
		Adições	Transferências	Baixas		
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	308.531	-	7.894	-	300.837
Equip. operação gasoduto	10	52.979	62	1.781	-	51.136
Benefetórias em bens de terceiros	10	1.421	-	-	-	1.421
Móveis e utensílios	10	1.711	1	2	(20)	1.728
Equip. de informática	10	3.057	123	(42)	-	2.976
Veículos	10	2.361	-	-	(643)	3.004
Software e outros		5.869	388	(108)	-	5.589
Amortização acumulada		(196.713)	(28.753)	-	458	(168.418)
Total do intangível em serviço		179.216	(28.179)	9.327	(205)	198.273
Total do intangível em formação		19.472	13.172	(33.936)	-	40.236
Total do ativo intangível		198.688	(15.007)	(24.609)*	(205)	238.509

(*) Transferência para ativo financeiro

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão. A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

11. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedor de gás - Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15)	119.592	104.519
Fornecedores de materiais e serviços no país	6.034	3.430
Total fornecedores	125.626	107.949
Passivo circulante	97.181	57.058
Passivo não circulante	28.445	50.891

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou a renegociação de seus contratos de compra com o supridor alterando o perfil da dívida, reduzindo sua obrigação a curto prazo com um parcelamento em até 36 parcelas mensais, reconhecidas em resultado, a medida em que os pagamentos são efetuados.

12. Impostos a pagar

	2018	2017
COFINS	1.581	1.700
PIS	342	450
Imposto de renda retido na fonte	3.913	586
ICMS	5.725	4.282
INSS	559	551
FGTS	202	210
Outros impostos	1	-
Total impostos a pagar - circulante	12.323	7.779

13. Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

13.1 Ações com risco de perda avaliadas como prováveis

Natureza	2018	Adições	Quitação	2017
Cíveis (a)	235	108	-	127
Trabalhistas (b)	22	46	(49)	25
Total	257	154	(49)	152

a) Cíveis

As ações cíveis nas quais a Companhia é parte e referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. A provisão cível foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Adicionalmente, a Companhia é parte autora na justiça contra a União, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS.

b) Trabalhistas

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se, principalmente, ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

13.2 Ações com risco de perda avaliadas como possíveis

Natureza	2018	2017
Cíveis (a)	43.396	7.737
Fiscais (b)	3.196	283
Trabalhistas (c)	222	253
Valor líquido das estimativas para litígios	46.814	8.273

a) Cíveis

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações que discutem direito de passagem e de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. Em 31 de dezembro de 2018 o montante estimado como perda possível relativo as demandas cíveis era aproximadamente R\$ 43.396 (R\$ 7.737 em 31 de dezembro de 2017), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

b) Fiscais

Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 3.196 (R\$ 283 em 31 de dezembro de 2017). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

c) Trabalhistas

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2018, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 222 (R\$ 253 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

14. Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 220.966 (R\$ 220.966 em 31 de dezembro de 2017) representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 6,58, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferencia

20. Outras receitas operacionais, líquidas	Valor contábil	
	2018	2017
Encargos contratuais	(4.958)	(21.115)
Outras despesas operacionais	(44.235)	34.245
Reversão de impairment gas pago e não retirado	-	(123.586)
(-) recuperação de despesas	(16.024)	-
(-) cofins e pis recuperados	(3.067)	-
Total	(68.284)	(110.456)

21. Despesas e receitas financeiras

	2018	2017
Rendimento de aplicações financeiras	5.468	5.723
Despesas financeiras (*)	(17.538)	(46.976)
Juros e outras	13.667	12.648
Resultado financeiro líquido	1.597	(28.605)

(*) Capitalização de juros efetuada no período.

A redução da taxa de juros na economia nacional impactou diretamente os encargos pagos ao BNDES, reduzindo as despesas financeiras no exercício.

As despesas financeiras contemplam a atualização do contas a pagar junto a Petrobras e as receitas de juros e outras a atualização dos valores de ativos financeiros da concessão.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros: Risco de crédito Risco de mercado Risco de liquidez A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures. O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas. Os ativos financeiros e passivos financeiros estão mensurados a valor justo de acordo com o nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3.

22.1 Categoria de instrumentos financeiros

	2018	01/01/2018
Ativos financeiros		
Custo Amortizado		
Clientes	97.513	44.162
Caixa e equivalentes de caixa	90.155	84.079
Aplicações financeiras	7.539	7.172
Valor Justo por meio do Resultado		
Ativos financeiros da concessão	123.001	107.791
Créditos nas operações de venda de gás	93.955	71.320
Passivos financeiros		
Custo Amortizado		
Fornecedores - aquisição de gás	119.592	104.519
Debêntures	17.652	42.675
Outros fornecedores	6.034	3.430

23. Fatores de risco

23.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagas.

Ativos financeiros	Valor contábil	
	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa (i)	90.155	84.079
Clientes (ii)	97.513	44.162
	187.668	128.241

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, os quais representam sua máxima exposição de risco de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 5.

(ii) Clientes

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível.

Uma provisão para perdas estimadas de crédito foi estabelecida no valor de R\$ 12.112 (R\$ 6.524 em 31 de dezembro de 2017) e representa 11,7% (12,4% em 31 de dezembro de 2017) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. Os vencimentos e movimentação da provisão está demonstrada na nota explicativa 6. A Companhia acompanha o índice de inadimplência e mantém política de acompanhamento das contas a receber e de cobrança.

23.2 Risco de Mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

(i) Risco de Taxa de Câmbio

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais(R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível. A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	2018		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	119.592	119.592
	-	119.592	119.592
	2017		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	104.519	104.519
	-	104.519	104.519

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nestas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

Instrumentos financeiros não derivativos	Até um ano	2018	
		Mais de dois e até cinco anos	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	90.155	-	90.155
Clientes	97.513	-	97.513
Aplicação financeira	-	7.539	7.539
Ativos financeiros da concessão	-	123.001	123.001
Créditos nas operações de venda de gás	-	93.955	93.955
Total ativo	187.668	224.495	412.163
Passivo			
Debêntures	5.919	11.733	17.652
Fornecedores	6.034	-	6.034
Fornecedores - aquisição de gás	119.592	-	119.592
Total passivo	131.545	11.733	143.278

Instrumentos financeiros não derivativos	Até um ano	2017	
		Mais de dois e até cinco anos	Total
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	84.079	-	84.079
Clientes	44.162	-	44.162
Aplicação financeira	-	7.172	7.172
Ativos financeiros da concessão	-	107.791	107.791
Créditos nas operações de venda de gás	-	71.320	71.320
Total ativo	128.241	186.283	314.524
Passivo			
Debêntures	25.138	17.537	42.675
Fornecedores	3.430	-	3.430
Fornecedores - aquisição de gás	53.628	50.891	104.519
Total passivo	82.196	60.428	150.624

24. Seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

Modalidade	Data de vigência	Importância segurada R\$
Responsabilidade civil e danos materiais	26/04/2018 a 26/04/2019	300
Responsabilidade civil e danos materiais	16/11/2018 a 16/11/2019	300
Riscos operacionais	28/02/2019 a 28/02/2020	3.600
Responsabilidade civil	16/02/2019 a 16/02/2020	5.000
Responsabilidade civil e danos materiais	20/06/2018 a 20/06/2019	10.000

25. Eventos Subsequentes

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

* * *

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS Exercício de 2018

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da Maciel Auditores Independentes, datado de 26 de fevereiro de 2019, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária dos acionistas da COMPAGAS.-x-x- Curitiba, 20 de março de 2019.

Cláudio Luiz Pacheco **Celso José de Faria Viana** **Adriano Morandi Zanotti**

Observação: Este Parecer é parte integrante da Ata da 123ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 20 de março de 2019, que apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 e as propostas da Administração.